



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
Gabinete da Presidência

**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 135/2025**

*Suspende de forma parcial os trabalhos presenciais no Fórum da Comarca de Cabedelo para execução de reforma predial.*

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

**CONSIDERANDO** a necessidade de realização de serviços de reforma no prédio do Fórum de Cabedelo;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação do funcionamento das unidades judiciárias para garantir a segurança, celeridade e eficiência das obras, sem prejuízo da prestação jurisdicional;

**CONSIDERANDO** a necessidade de se estabelecer um regime diferenciado de trabalho em algumas unidades judiciárias durante a reforma;

**CONSIDERANDO** a autorização de setores da administração para a execução das medidas propostas;

**CONSIDERANDO** o constante dos autos do processo nº 018390-93.2025.8.15;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Suspende, de forma parcial, o expediente presencial no Fórum Des. Júlio Aurélio M. Coutinho, localizado na Comarca de Cabedelo, no período de 29 de setembro a 03 de outubro de 2025, para realização da reforma no edifício sede da comarca, sem prejuízo da prestação jurisdicional, que deverá ocorrer da seguinte forma:

§ 1º A 1ª Vara deverá manter um servidor presencial, adotando teletrabalho total em relação aos demais, e realizar as audiências já designadas, suspendendo os atendimentos e a frequência de comparecimento de acusados/réus para justificação das atividades mensais (sursis processual, sursis penal, medida cautelar e livramento condicional).

§ 2º As 2ª e 5ª Varas deverão manter um servidor presencial, adotando teletrabalho total em relação aos demais, redesignando as audiências.

§ 3º Determinar que as 3ª, 4ª Varas e o Juizado Especial Misto permaneçam em regime de trabalho normal/atual, sem prejuízo de suas atribuições.

§ 4º Determinar que a secretaria, recepção, distribuição e central de mandados deverão adotar o teletrabalho total.

§ 5º O CEJUSC deverá redesignar as audiências agendadas.

**Art. 2º** Determinar a expedição de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, à Defensoria Pública Estadual, à Procuradoria-Geral de Justiça, à Procuradoria- Geral do Estado,

à Procuradoria do Município e rádios locais, informando sobre a suspensão parcial dos serviços presenciais.

**Art. 3º** Determinar a devida publicização do ato no site do Tribunal de Justiça, em local de fácil acesso, para conhecimento do público em geral.

**Art. 4º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, datado e assinado eletronicamente.

**Desembargador FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO**  
**Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba**

Este texto não substitui o publicado no DJe em 29.09.2025.